

Check Against Delivery

Senhora Presidente,

O governo brasileiro segue investindo na propriedade intelectual como expressão da liberdade econômica, instrumento de fomento à inovação, e ferramenta de estímulo à criatividade, à competitividade e ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Entramos no segundo ano da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), um marco importante na construção de um sistema nacional de PI equilibrado, viável e eficaz, capaz de viabilizar a integração e a coordenação de políticas públicas na área de PI. Apesar da pandemia de COVID-19, no biênio 2021-2023, alcançou-se já uma execução média de 40% das ações planejadas, em 7 eixos estratégicos.

Seguimos empenhados em atualizar nossos marcos normativos e aderir aos sistemas de registro globais administrados pela OMPI, em benefício das empresas e usuários brasileiros e dos investidores internacionais. Após a exitosa adesão ao Sistema de Madri sobre registro internacional de marcas em 2019, temos a satisfação de informar que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional a adesão ao Sistema de Haia sobre desenhos industriais.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) segue avançando em sua estratégia de eficiência e modernização para o século XXI, com avanços expressivos na redução de 84% de pedidos de patente pendentes de exame e a criação de nova gama de serviços aos usuários, como o programa INPI Negócios, orientado à disseminação de inteligência analítica em PI, e a criação e o lançamento dos selos brasileiros de IGs, promovendo a produção nacional e garantindo seu controle e rastreabilidade.

Os avanços institucionais já se fazem sentir no cenário da inovação. O Brasil já avança posições no ranking global da inovação, como assinala a edição mais recente do Índice Global da Inovação. Nosso País destaca-se, ainda, pelo crescente número de “unicórnios”, como são chamadas as startups avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão de valor de mercado. O conjunto das startups brasileiras captou mais de US\$ 9,6 bilhões em 2021 – alta de 174% em relação a 2020.

Ativos de PI são importantes instrumentos de agregação de valor aos produtos e serviços das micro, pequenas e médias empresas brasileiras. A OMPI tem sido importante parceira do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com ferramentas com o “IP Diagnostics”, que está sendo

adaptada aos usuários brasileiros, e em projetos de apoio ao desenvolvimento de pequenos produtores, de que é exemplo o registro de marca coletiva para associação de produtores agroextrativistas da Floresta Nacional de Tefé, município no coração da floresta amazônica brasileira.

No campo da observância, seguimos intensificando operações de fiscalização e combatendo, de forma contundente, a pirataria.

Em 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública aprovou o novo Plano Nacional de Combate à Pirataria para o período de 2022-25, elaborado pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Crimes contra a PI. O plano estabelece 62 metas de combate ao crime com ações de curto, médio e longo prazo para alcançá-las, em 4 eixos de atuação (Institucional, Proteção, Capacitação e Educação).

Durante 2019-21, a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública liderou operações de fiscalização em três fases da “Operação 404”. As ações coordenadas resultaram no fechamento de centenas de sites e aplicativos que ofereciam conteúdo infrator, na execução de mais de 60 mandados de busca e apreensão em 12 estados brasileiros, com o bloqueio de 334 sites, 94 aplicativos de streaming de conteúdo ilegal removidos das plataformas e mecanismos de buscas, bem como inúmeras prisões em flagrante.

Agradecemos a oportunidade de compartilhar os avanços em matéria de promoção e proteção da PI no Brasil e desejamos êxito nos debates nestas Assembleias da OMPI.

Obrigado.